

ADUNIOESTE

SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

PL 257 e PEC 241 - EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO: DESTRUIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E DIREITOS SOCIAIS (EDUCAÇÃO E SAÚDE...)

Em entrevista concedida ontem para a Tv Imago/Unioeste, Luiz Fernando Reis, presidente da Adunioeste destaca as informações sobre os dois projetos e os acontecimentos no Congresso Nacional e as lutas que serão travadas contra o PL 257 e a PEC 241.

Endereço eletrônico: <http://www.imagotvunioeste.com/#!Projetos-em-Tramitação-no-Congresso-Nacional-Parte-2/dzd6t/57a51d4a0cf2511d15f947d9>

A seguir as informações da entrevista:

Estamos aqui mais uma vez utilizando a TV Imago, nossa TV universitária, para informar os colegas da Unioeste e a população em geral sobre os ataques do governo federal contra os serviços públicos e contra os direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Tal ataque é implementado especialmente por meio do PL 257/2016, enviado ao Congresso Nacional pela então presidente Dilma, e da PEC 241/2016 de autoria do presidente interino e golpista Michel Temer.

Tais projetos preveem uma série de medidas que, se aprovadas, irão atingir o serviço público, os direitos de todos os servidores públicos bem como reduzir drasticamente o financiamento das políticas sociais, como é o caso da educação e saúde.

Tais projetos, para garantir o pagamento da dívida pública, preveem drástica redução dos gastos com pessoal e para tanto, após aprovação de tais medidas em Brasília, o governo estadual poderá suspender o reajuste anual de salários e a realização de concurso publico para contratação de novos servidores.

O governo estadual poderá, ainda, aumentar a contribuição dos servidores de 11% para 14% e suspender o pagamento de benefícios, como é o caso do quinquênio, licenças, promoções e progressões.

Além disso, haverá uma drástica redução dos recursos previstos para o financiamento da educação e saúde, por exemplo. Se a situação do financiamento das universidades paranaenses já é preocupante, com a aprovação de tais medidas a situação se tornaria dramática. Paira uma grave ameaça contra educação, a saúde e os demais serviços públicos.

Diante dessas graves ameaças cabe a nós todos, servidores públicos e população em geral, resistir e defender, de forma unificada, os serviços públicos como um direito inalienável da população brasileira.

Nesta semana que passou, no período de 1º a 4 de agosto, o governo Temer, interino e golpista, pretendia aprovar o PLP 257 na Câmara dos Deputados. A forte pressão organizada de representantes dos servidores públicos federais, estaduais e municipais nos aeroportos, nos gabinetes dos deputados e nos corredores da Câmara Federal obrigou o governo a recuar. Tanto o PLP 257 quanto a PEC 241 tiveram a sua tramitação suspensa nesta semana. Porém, o governo está se rearticulando e pretende iniciar a votação de tais projetos na próxima segunda feira, dia 8 de agosto.

A Diretoria da Adunioeste continua acompanhando atentamente a tramitação de tais projetos. Na segunda feira, dia 8 de agosto dois dirigentes da Adunioeste irão se deslocar até Brasília para reforçar o trabalho de mobilização dos servidores públicos junto aos deputados federais. Na terça, dia 9 de agosto, estaremos presentes no lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública cujo centro do debate é a denúncia dos projetos do governo federal como instrumento de garantia dos privilégios do capital financeiro/especulativo em detrimento dos direitos dos servidores públicos e da população brasileira em geral. Na quarta, dia 10 de agosto, participaremos de uma Plenária Nacional das Entidades representativas de Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais para deliberarmos ações unificadas de resistência contra o ataque aos serviços públicos iniciado no governo Dilma e aprofundado no governo interino do golpista Michel Temer.

Tudo indica que no próximo dia 16 de agosto, no reinício de nosso período letivo, será organizada uma grande mobilização nacional contra o PL 257 e a PEC 241.

O momento é grave. É preciso continuar resistindo. Confiamos na capacidade de resistência da categoria, confiamos na força da organização coletiva.

"Quando a injustiça se torna lei, a resistência torna-se um dever".

Obrigado.

NENHUM DIREITO A MENOS!

UNIDOS GARANTIREMOS O RESPEITO AOS NOSSOS DIREITOS!